CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, E A EMPRESA HBL CARIMBOS E PLACAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS, DE PATRIMÔNIO E DE PRENSAS DE SELO SECO EM CONFORMIDADE COM OS MODELOS EXISTENTES NO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES E POSTOS NO EXTERIOR PARA CONSUMO ANUAL DESTE MINISTÉRIO E POSTOS NO EXTERIOR EM 2016.

CONTRATO DSG/MRE Nº 07/2016


Os Contratantes têm entre si justo e avençado, e celebram o presente Contrato, instruído no processo nº 09013.000200/2015-82, mediante as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa para a confecção de placas de identificação das unidades administrativas, de patrimônio e de prensas de selo seco, em conformidade com os modelos existentes, para consumo do MRE em 2016, de acordo com as especificações contidas no respectivo Termo de Referência.

1.2. As quantidades a serem fornecidas são estimadas, podendo haver variação para mais ou para menos, conforme a demanda de consumo;

1.3. As especificações e quantidades estimadas estão descritas no item 8 do Termo de Referência e na Cláusula Nona deste Contrato.
1.4. O valor a ser pago será apenas o efetivamente fornecido ao Ministério das Relações Exteriores.

1.5. Fazem parte integrante do presente Contrato, independentemente de sua transcrição, para todos os efeitos, os documentos especificados a seguir:

a) Edital do Pregão Eletrônico nº 01/2016 e respectivos anexos;

b) Termo de Referência; e

c) Proposta Financeira da Contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

2.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto do contrato, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O regime de execução do presente Contrato será o de empreitada por menor preço global.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS, EXECUÇÃO, RECEBIMENTO E LOCAL DE ENTREGA DOS SERVIÇOS

4.1. Os serviços de confecção dos itens especificados deverão ser prestados nas quantidades solicitadas em Ordem de Serviço, conforme modelo do Apêndice II ao respective Termo de Referência, emitida por servidor da Divisão de Serviços Gerais designado para este fim, a quem caberá a atestação dos mesmos. Cópia da Ordem de Serviço deverá ser apresentada em anexo à respectiva Nota Fiscal ou Fatura, para efeitos de atestação e pagamento.

4.2. A numeração sequencial das plaquetas de identificação do patrimônio será informada na Ordem de Serviço. Da mesma forma, a sigla da missão diplomática ou repartição consular (item 10 de "Especificações", cláusula 8 do Termo de Referência) será também informada na Ordem de Serviço, quando for o caso.

4.3. A execução dos serviços será iniciada no dia posterior à data de assinatura do contrato.

4.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Contrato e no Termo de Referência.

4.5. O prazo de entrega dos serviços constantes dos itens 1, 2, 3, 4, 5, 11, 12 e 13 da cláusula 8 do Termo de Referência deverá ser de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da respectiva Ordem de Serviço.
4.6. O prazo de entrega dos serviços constantes dos itens 6, 7, 8, 9 e 10 da cláusula 8 do Termo deReferência deverá ser de, no máximo, 20 (vinte) dias corridos, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da respectiva Ordem de Serviço.

4.7. Os serviços serão recebidos definitivamente por ocasião da atestação do fiscal do contrato no original da Ordem de Serviço, em prazo de até 48 horas após a entrega dos produtos, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados.

4.8. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.9. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Contrato e no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta inexecução do contrato.

4.11. Os serviços deverão ser entregues ao Ministério das Relações Exteriores, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco "H", Anexo I, 8º andar, sala 805 (Divisão de Serviços Gerais), Brasília, DF.

**CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. O valor global estimado do presente Contrato é de R$ 30.852,33 (trinta mil reais, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos).

5.2. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da do Programa de Trabalho nº 07122211820000001, Elemento de Despesa nº 339039 e Nota de Empenho nº 2016NE800107, de 29 de fevereiro de 2016, para os itens 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 12 e 13 do ITEM 8 – DAS ESPECIFICAÇÕES, do Termo de Referência.

5.3. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta da do Programa de Trabalho nº 07122211820000001, Elemento de Despesa nº 339039 e Nota de Empenho nº 2016NE800108, de 29 de fevereiro de 2016, para os itens 6, 7, 8 e 10 do ITEM 8 – DAS ESPECIFICAÇÕES, do Termo de Referência.

5.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.5. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

5.6. Os preços deste contrato são fixos e irreajustáveis.
CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, acompanhada das respectivas ordens de serviço (cópias).

6.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, que conterá o detalhamento dos serviços executados.


6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o Contratante.

6.4. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 30/04/2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

6.4.1. Não produziu os resultados acordados;

6.4.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

6.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

6.5. Antes do pagamento, o Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no SICAF e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

6.6. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.6.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

6.6.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que
faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

6.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.9. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no Contrato.

6.10. A exclusivo critério do Contratante e por decisão fundamentada, poderá ser retirada parte ou a totalidade dos valores devidos para satisfazer a quitação de multas, indenizações a terceiros, seguros ou outras despesas de responsabilidade da Contratada.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA**

7.1. O prazo de vigência do contrato será da assinatura do mesmo a 31 de dezembro de 2016 com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União.


**CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

8.1. São direitos do Contratante:

8.1.1. receber o serviço objeto do presente Contrato nos termos e condições pactuados;

8.1.2. alterar unilateralmente o Contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso I, alíneas a e b, da Lei n.º 8.666/93, ou rescindir administrativa em caso de inexecução total ou parcial das cláusulas pactuadas, de acordo com os artigos 77,78, e 79 do referido diploma legal;

8.1.3. fiscalizar a entrega do serviço objeto do referido Contrato.

8.1.3.1. Para o acompanhamento e fiscalização da prestação do serviço, o Contratante designará servidores públicos competentes da Divisão de Serviços Gerais (DSG).

8.2. São direitos da Contratada:

8.2.1. Receber, no prazo previsto na alínea “a” inciso XIV do art. 40 da Lei 8.666/93, a remuneração pela prestação do serviço, pelo preço e condições constantes das Cláusulas Quarta e Quinta;

8.2.2. propor ao Contratante a melhor forma para a prestação do serviço objeto do presente Contrato.
8.3. São deveres do Contratante:

8.3.1. Efetuar o pagamento à Contratada por meio de crédito em conta corrente bancária, de acordo com os preços ofertados, e no valor correspondente ao fornecimento do objeto, em até 30 (trinta) dias contados da emissão da respectiva Nota Fiscal, devidamente discriminada e atestada pelo setor competente;

8.3.2. Aplicar as penalidades previstas na legislação de regência e no Termo de Referência;

8.3.3 Fiscalizar a perfeita execução do objeto contratado, através de comissão/servidor especialmente designado, embora a Contratada seja a única e exclusiva responsável pelo fornecimento nas condições especificadas;

8.3.4 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado, recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.3.5 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas, ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

8.3.6. Atestar o adimplemento da obrigação, desde que satisfeitas as exigências legais, regulamentares e editais;

8.3.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada, evidindo os esforços necessários para que esta possa cumprir as condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3.8. Informar qualquer ato da Administração que venha a interferir direta ou indiretamente no fornecimento e prestação do serviço;

8.3.9. Solicitar formalmente a tomada de providências que impliquem alterações no estabelecido no Termo de Referência;

8.3.10. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal/fatura.

8.4. São deveres da Contratada:

8.4.1. Executar os serviços conforme especificações deste Contrato e do Termo de Referência e de sua proposta com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
8.4.2. Responsabilizar-se integralmente pela confecção dos itens nos termos da legislação vigente e das exigências contidas neste Contrato e no Termo de Referência e no edital, observando as especificações e normas aplicáveis e fazendo cumprir todas as disposições do instrumento de ajuste;

8.4.3. Garantir a qualidade dos itens confeccionados, entregando somente aqueles que se enquadrem nas especificações técnicas contidas neste Contrato e no Termo de Referência, naquelas emanadas dos órgãos reguladores e nas exigências legais;

8.4.4. Entregar os produtos em embalagens que permitam a conservação de suas características originais, devidamente acompanhados de suas respectivas Notas Fiscais, as quais deverão discriminar itens, quantidades, preços unitários e totais;

8.4.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a partir da identificação, os produtos confeccionados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.4.5.1. O descumprimento do ora disposto implicará na aplicação de penalidade prevista em lei.

8.4.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

8.4.7. Manter preposto com poderes de representá-la administrativamente.

8.4.7.1. A Contratada deverá informar, por escrito, o nome completo, número de identidade, número de telefone e fax de tarifação local para contato com seu preposto, que terá competência para tomar decisões relativas aos compromissos assumidos, manter entendimentos e receber comunicações, inclusive referentes às faturas dos serviços prestados.

8.4.7.2. Toda a comunicação que demande a solução de pendência terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para atendimento.

8.4.7.2.1. O descumprimento deste prazo implicará a aplicação de penalidades.

8.4.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.4.9. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;

8.4.10. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
8.4.11. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.4.12. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal de contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Contrato e no Termo de Referência;

8.4.13. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.4.14. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.4.15. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.4.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.4.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.4.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.4.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equivoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei 8.666/1993.

8.4.20. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização;

8.4.21. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

8.4.22. Assumir inteira responsabilidade quanto ao atendimento das especificações constantes deste Contrato e do Termo de Referência, reservando ao Contratante o direito de recusar os itens que não satisfaçam aos padrões definidos;

8.4.23. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo Ministério das Relações Exteriores, obrigando-se a atender de imediato as reclamações decorrentes da constatação de vícios, defeitos, incorreções ou aquelas relativas à qualidade dos produtos;
8.4.24. Responsabilizar-se, civil e criminalmente, por todo e qualquer dano causado ao Ministério das Relações Exteriores ou a terceiros, por ação ou omissão, em decorrência da execução do objeto deste Contrato e do Termo de Referência;

8.4.25. Assumir a responsabilidade por todos os encargos e obrigações previstos na legislação, decorrentes da prestação de serviço constantes deste Contrato e do Termo de Referência, obrigando-se a saldá-los na época própria;

8.4.25.1. A inadimplência relativa aos encargos e obrigações estabelecidos não transfere ao Ministério das Relações Exteriores a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar a prestação, razão pela qual a **Contratada** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **Contratante**;

8.4.26. Abster-se de veicular publicidade acerca da prestação do serviço sem a concordância expressa do Ministério das Relações Exteriores;

8.4.27. Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, nos termos do art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

## CLÁUSULA NONA – DAS ESPECIFICAÇÕES

<table>
<thead>
<tr>
<th>ITEM</th>
<th>ESPECIFICAÇÕES</th>
<th>QTDE.</th>
<th>CÓD. SIASG</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>Confecção de placa de acrílico, com gravação em serigrafia, com fundo branco, medindo 40 x 20 cm, com 2,4mm de espessura, para identificação das Unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores.</td>
<td>40 unid.</td>
<td>22519</td>
</tr>
<tr>
<td>2</td>
<td>Confecção de placa de akrílico, dupla face, com gravação em serigrafia, com fundo branco, medindo 40 x 20 cm, com 2,4mm de espessura, para identificação das Unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores.</td>
<td>19 unid.</td>
<td>22519</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>Confecção de placa de akrílico com gravação em serigrafia, com fundo branco, medindo 30 x 20 cm, com 2,4mm de espessura, para identificação das Unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores.</td>
<td>07 unid.</td>
<td>22519</td>
</tr>
<tr>
<td>4</td>
<td>Confecção de placa de akrílico com gravação em serigrafia, com fundo branco, medindo 15 x 20 cm, com 2,4mm de espessura, para identificação das Unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores.</td>
<td>07</td>
<td>22519</td>
</tr>
<tr>
<td>Unidades administrativas do Ministério das Relações Exteriores.</td>
<td>unid.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>---</td>
<td>---</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>5</strong></td>
<td>Confecção de plaqueta de acrílico com gravação em serigrafia, com fundo branco, medindo 20 x 2,06 cm, com 2,4mm de espessura, personalizada.</td>
<td>400 unid. 22519</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>6</strong></td>
<td>Máquina (chancela) de prensa de selo seco.</td>
<td>40 unid. 319085</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>7</strong></td>
<td>Conjunto de pinça de prensa de selo seco e jogo de clichês de prensa de selo seco (acrílico e zinco).</td>
<td>40 unid. 68624</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>8</strong></td>
<td>Confecção de plaquetas metálicas com código de barras para identificação dos bens do patrimônio, com adesivo para afixação no verso; Material: liga de alumínio leve; Formato: retangular, plana, com semicírculo nas extremidades com raio de 6,35 mm; Impressão: foto-anodização selada/fosqueada, resistente a tinner, álcool, querosene e outros produtos químicos; Cor da impressão: preta; Impressos: sigla “MRE”, numeradas em algarismo arábico, com código de barras padrão 2 de 5, e a inscrição “Patrimônio”; Comprimento: 45 mm Largura: 13,2 mm Espessura: 0,012 mm Numeração: a ser informada</td>
<td>4.000 unid. 113360</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>9</strong></td>
<td>Confecção de placa de acrílico de uma face com gravação em serigrafia, com fundo branco e arte em cores, sendo medida/valorada por cm².</td>
<td>10.000 unid. 22519</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>10</strong></td>
<td>Confecção de plaquetas metálicas para identificação dos bens do patrimônio, com adesivo para afixação no verso; Material: liga de alumínio leve; Formato: retangular, plana, com semicírculo nas extremidades com raio de 6,35 mm; Impressão: foto-anodização selada/fosqueada, resistente a tinner, álcool, querosene e outros produtos químicos; Cor de impressão: azul; Impressos: sigla da missão diplomática ou repartição consular, abreviação do</td>
<td>15.000 unid. 113360</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>
tipo de patrimônio, numeradas em algarismos arábicos e a palavra “Patrimônio”;
Comprimento: 45 mm
Largura: 13,2 mm
Espessura: 0,012 mm
Numeração: a ser informada

| 11 | Confecção de suporte para régues de identificação de salas, com trilhos para encaixe das régues; Material: acrílico; Cor do material: cinza; Medidas: trilho superior com 4,5 x 20 cm e mais 4 (quatro) trilhos inferiores medindo 2,5 x 20 cm cada | 19 unid. | 22519 |
| 12 | Confecção de suporte para régues de identificação de salas, com trilhos para encaixe das régues; Material: acrílico; Cor do material: cinza; Medidas: trilho superior com 4,5 x 20 cm e mais 6 (seis) trilhos inferiores medindo 2,5 x 20 cm cada | 19 unid. | 22519 |
| 13 | Confecção de suporte para régues de identificação de salas, com trilhos para encaixe das régues; Material: acrílico; Cor do material: cinza; Medidas: trilho superior com 4,5 x 20 cm e mais 8 (oito) medindo 2,5 x 20 cm cada | 19 unid. | 22519 |

9.1. As quantidades a serem executadas são estimadas, podendo haver variação para mais ou para menos, conforme a demanda de consumo;

9.2. O valor a ser pago será apenas o efetivamente confeccionado para o Ministério das Relações Exteriores.

9.3. Havendo divergência entre as especificações constantes no item acima e aquelas no SIASG, prevalecem as relacionadas no Termo de Referência.

9.4. Os produtos confeccionados devem estar em consonância com as disposições da Lei nº 12.305/2010, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, em especial no que se refere ao artigo 7º. XI.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO**

10.1. O não cumprimento de qualquer cláusula ou de simples condição deste Contrato poderá importar na sua rescisão, a critério do Contratante. Todavia, fica estabelecido que o Contratante, sem prejuízo das demais disposições dos artigos 77, 78 e 79 da Lei n.º 8.666/93.
poderá considerar o Contrato rescindido, independentemente de qualquer aviso extrajudicial ou interpelação judicial à Contratada, nos casos de:

10.1.1. falência, concordata ou dissolução da Contratada;

10.1.2. interrupção do fornecimento pela Contratada sem motivo justificado;

10.1.3. transferência do Contrato, no todo ou em parte;

10.1.4. utilização do presente Contrato para caução ou qualquer operação financeira sem prévia e expressa anuência do Contratante.

10.2. Os casos de rescisão serão formalmente registrados, garantido o contraditório e a ampla defesa.

10.3. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n° 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10.4. A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n° 8.666/1993.

10.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
   a) do Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
   b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
   c) Indenizações e multas.

10.6. A rescisão poderá se dar de forma amigável, de acordo com o art. 79, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

10.7. Ocorrendo a rescisão, à Contratada será devido apenas o pagamento referente aos serviços já executados, observado o disposto nos artigos 79 e 80 da Lei n.º 8.666/93.

10.8. Em caso de irregularidade junto ao SICAF, a Divisão de Serviços Gerais (DSG) notificará a Contratada para que sejam sanadas as pendências no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período. Fino esse prazo sem que haja a regularização da pendência por parte da Contratada, ou apresentação de defesa aceita pelo Contratante, o Contrato estará passível de rescisão e a Contratada sujeita às sanções administrativas previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei n° 8.666/1993 e da Lei n° 10.520, de 2002, a Contratada que:

a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) Fraudar na execução do contrato;

d) Comportar-se de modo inidôneo;

e) Cometer fraude fiscal;

f) Não mantiver a proposta.
11.2. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17 de Julho de 2002, aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não firmar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar sua execução, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado no SICAF ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais;

11.3. Pela inexecução total ou parcial do fornecimento a Administração poderá, assegurada a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções, observando a gravidade das faltas cometidas:

11.3.1. Advertência;

11.3.2. Multa;

11.3.2.1. **Compensatória**, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela recusa do Adjudicatário em firmar o termo de prestação do serviço no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis após regularmente convocado, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na legislação;

11.3.2.2. **Moratória**, no percentual de até 1% (um por cento) do valor total da contratação, por falta e/ou de inadimplência, até o limite de 10% (dez por cento).

11.3.3. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com o Ministério das Relações Exteriores pelo prazo de até 2 (dois) anos, a ser fixada pela autoridade competente;

11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Federal, enquanto durarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

11.4. A sanção estabelecida no subitem 11.3.4 é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;

11.5. Na dosimetria da aplicação das sanções estabelecidas no Termo de Referência e neste Contrato, são assim consideradas as possíveis faltas cometidas pela Adjudicatária:

11.5.1. **FALTAS LEVES**: puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multa, caracterizando-se pelo inadimplemento parcial de obrigações de pequena monta, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos relevantes aos serviços da Administração e a despeito das quais o regular fornecimento não reste inviabilizado;
11.5.2. **FALTAS GRAVES**: puníveis com a aplicação das penalidades de advertência e multa, caracterizando-se pela inexecução parcial ou total de obrigações que acarretem prejuízos aos serviços da Administração, inviabilizando total ou parcialmente a execução do objeto, notadamente em decorrência de conduta culposa da Adjudicatária;

11.5.3. **FALTAS GRAVÍSSIMAS**: puníveis com a aplicação das penalidades de multa e de impedimento de licitar e contratar com a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, caracterizando-se por inexecução parcial ou total de obrigações que acarretem prejuízos relevantes aos serviços da Administração, inviabilizando a execução do contrato, em decorrência de conduta culposa ou dolosa da Adjudicatária.

11.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo Ministério das Relações Exteriores;

11.7. O valor das eventuais multas poderá ser descontado da Fatura ou de quaisquer créditos existentes a favor da **Contratada**;

11.7.1. Caso o valor da multa seja superior ao do crédito existente, a diferença será objeto de cobrança na forma facultada pela Lei;

11.8. As multas e demais sanções eventualmente aplicadas só poderão ser relevadas por meio de ato da Administração, devidamente motivado, atendidas a legalidade e a conveniência administrativa;

11.9. As penalidades eventualmente cominadas terão registro obrigatório no SICAF e, no caso da aplicação da penalidade descrita no subitem 11.3.4, a apenada deverá ser descrecendiada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Termo de Referência e neste contrato e das demais cominações legais;

11.10. As sanções previstas no Termo de Referência e neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

11.11. Em qualquer hipótese será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. O Ministério das Relações Exteriores designará servidor para a fiscalização do Contrato a ser firmado;

12.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da **Contratante**, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da lei nº 8.666/1993, e do art. 6º do decreto nº 2.271/1997;
12.3. O Ministério das Relações Exteriores designará servidor para a fiscalização do Contrato a ser firmado.

12.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios reeditórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.5. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

12.6. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Contrato e no Termo de Referência;

12.7. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, quando for o caso;

12.8. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenda a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Contrato e no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

12.9. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da lei 8.666/1993;

12.10. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 80 da lei 8.666/1993;

12.11. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios reeditórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da lei 8.666/1993;

12.12. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
13.1. É vedado à Contratada:


13.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte do Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Incumprirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS


CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E ALTERAÇÕES

16.1. A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação apresentadas quando da instrução do processo que ensejou a assinatura deste instrumento.


CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES E ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.4. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial atualizado do contrato;

17.4.1. As supressões resultantes do acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento);

17.5. Os preços unitários e totais estimados encontram-se detalhados em planilha, que constitui o Anexo I do Termo de Referência.

17.6. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO**

18.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília/DF, Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no artigo 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, **Contratante e Contratada**, e pelas testemunhas abaixo.

Brasília, 29 de fevereiro de 2016.

Pelo Ministério das Relações Exteriores:

(Unaldo Eugenio Vieira de Sousa)
Chefe da Divisão de Serviços Gerais

Pela CONTRATADA:

(Rogério Vieira da Silva)
Representante da Empresa

Testemunhas:

Nome: Alberto José de Lima
CPF: 153.169.551-53

Nome: José Umberto da Silva
CPF: 091.374.831-53